

A CONTENDA SOBRE A CIÊNCIA ECONÔMICA NA UE E NOS EUA: O MONISMO E O VÍCIO RICARDIANO

Antonio Maria da Silveira

Introdução

Analizamos a controvérsia entre a ciência econômica européia e a estadunidense em termos de uma concepção ampla da ciência e do modelo estrito de Lakatos. A controvérsia é sobre o escopo e o método da economia, podendo ser vista como versão moderna da Contenda do Método, o *Methodenstreit*. A integração crescente da UE e o contraste de sua produção científica com a dos EUA, particularmente em termos de laureados Nobel, constituem-se em seus elementos deflagradores.

A **concepção ampla** que utilizamos é o quadro geral de referência de nosso programa de pesquisa sobre a natureza incompleta do conhecimento científico e a impropriedade de sua aplicação direta na prática, um aprofundamento do que Schumpeter denominou vício ricardiano. Passamos a uma rápida apresentação, a qual será complementada ao longo do texto.

O nível de evolução atingido pela economia já mostra, como nas ciências naturais, duas esferas de abstração bem identificáveis nas teorias positivas (sobre o que é). Uma *economia abstrata* em que, como na física, os especialistas têm a motivação no conhecimento pelo conhecimento, o comprometimento na formalização hipotético-dedutiva e a linguagem na lógica formal.

Na esfera aplicada, que denominamos *economia social*, especialistas têm sua motivação num conhecimento diretamente aplicável. O comprometimento está então na formulação de teorias realistas, teorias que levam em conta todos os fatores gerais e necessários que se mostram relevantes na prática. Não podem assim ignorar instituições e elementos não-econômicos apenas por não serem matematicamente tratáveis ou quantificáveis.

Predomina a lógica da linguagem natural, a qual se reduz à lógica formal quando a simplicidade do fenômeno o permite. Este é o caso, freqüente nas ciências da engenharia, quando existe a possibilidade de controlar ou, mesmo, de moldar o fenômeno na prática. Decresce então a relevância de suas dimensões não-econômicas, assim como de cambiantes especificidades, como costuma acontecer em finanças. Reservamos para tais casos a denominação *economia aplicada*, como caso-limite da economia social.

No geral, a *arte da ciência* econômica e a prática exigem o tratamento individualizado de cada ocorrência do fenômeno, pois especificidades podem ser mais relevantes do que determinantes universais e necessários. Schumpeter (1986, pp. 540-1) identificou e batizou o vício ricardiano:

Eles [Senior, Mill e outros] quiseram apenas dizer que as questões de política

econômica envolvem sempre tantos elementos não-econômicos, que seu tratamento não deve ser feito na base de considerações puramente econômicas(...) poder-se-ia apenas desejar que os economistas daquele (como de qualquer outro) período nunca se esquecessem deste toque de sabedoria -- nunca fossem culpados do Vício Ricardiano.

Colocando o autor em nossa concepção ampla, o vício está no hábito de derivar proposições normativas a partir da economia abstrata, ou mesmo de derivá-las da social sem atenção para as especificidades que individualizam as ocorrências do fenômeno.

Duas outras passagens em Schumpeter (ib., pp. 473, 1171) podem sugerir que, na caracterização do vício, ele também incluísse a maneira em que Ricardo e Keynes teorizavam, mas a conexão feita com “*Senior, Mill e outros*” mostra claramente que essa restrição não predominava em seu pensamento. Indo à própria referência que faz a Senior (1938, p. 3):

Mas as conclusões dele [do Economista Político], não importando a generalidade ou verdade que encerrem, não o autorizam a adicionar uma simples sílaba de conselho(...) Decidir, em cada caso, até quando as conclusões do Economista Político devem gerar ações pertence à arte de governo, arte para qual a Economia Política é apenas uma das muitas Ciências subservientes.

Mill (1877, p. 152, 155) segue Senior, generalizando-o:

Cada arte pressupõe, não uma ciência, mas ciência em geral; ou, pelo menos, muitas ciências distintas(...) Ninguém que busque estabelecer proposições para orientação da humanidade pode dispensar, não importando suas realizações científicas, o conhecimento prático sobre as maneiras em que afazeres do mundo são de fato conduzidos, e uma ampla experiência pessoal com idéias, sentimentos, e tendências intelectuais e morais de fato existentes em seu país e em sua própria época.

Nossa pesquisa reconhece a constelação de ciências que se desenvolveu desde então, assim como o nível de abstração cada vez maior das ciências puras, particularmente da economia. Reconhece ainda que o entrelaçamento de *muitas ciências distintas* ocorre no nível científico, no nível da ciência positiva. Formulamos assim o que chamamos de *Indeterminação de Senior*, sendo o vício o hábito de não respeitá-la:

As proposições da economia abstrata, não importando a generalidade ou verdade que encerrem, não autorizam conclusões normativas, mas não podem ser ignoradas. A economia social positiva entrelaça teorias econômicas abstratas e todas as ciências sociais, mas com relevância variável. Conclusões normativas são deriváveis de proposições da economia social, mas são ainda qualificáveis pelas especificidades de cada caso.

Schumpeter (ib., pp. 540-1) sugere que a atenção dos economistas foi desviada deste *toque de sabedoria* para a questão de juízos de valor, desde Cairnes, Sidgwick e Weber. Antes deles não se reconhecia que derivações na forma de “o que deve ser” requerem ainda juízos extracientíficos. Vimos acrescentado esse ponto na série de artigos sobre a indeterminação, desde os seus primórdios. Devemos postergá-lo, contudo, pois ele não estava em Senior e Mill, e sua incorporação aqui vem provocando o mesmo desvio de atenção.

A concepção estrita da ciência que utilizamos é o modelo de Lakatos (1980).

Está voltado para teorias abstratas, abrangendo apenas as teorias aplicadas logicamente integradas ou em processo de integração. Especificamente construído em termos da física como paradigma, incluindo a física experimental e a física aplicada, o modelo aplica-se bem às paralelas esferas de conhecimento da ciência econômica.

Na **seção (1)**, expomos a contenda através de uma revisão de três ensaios, Frey e Eichenberger (1992), Portes (1987) e Kolm (1988), os quais caracterizam as diferenças e tipificam posicionamentos. Procuramos, na **seção (2)**, ampliar suas evidências, perspectivas e classificações com apoio em Schumpeter e Hayek, assim como na filosofia da ciência, num entrelaçamento de Popper, Kuhn, Lakatos e Feyerabend. Analisamos o Relatório Krueger sobre a formação do economista nos EUA.

Passamos então a efeitos perversos dos sistemas de incentivos e de critérios de avaliação da ciência, na **seção (3)**, analisando particularmente o Prêmio Nobel. Vamos gradualmente montando nossa interpretação, ao conduzirmos a exposição ao longo dessas seções. Além da formalização do debate sobre os problemas de avaliação e da conexão, com a literatura filosófica, das distintas maneiras em que se vê a ciência econômica na UE e nos EUA, concentramos o esforço nas questões do vício ricardiano e da falta de pluralismo.

Deixamos para um artigo seguinte, por falta de espaço, o contraste e extensão de nossa análise com a revisão de quinze ensaios, reunidos pelos editores da revista KYKLOS em número especial de 1995, intitulado “*Existe uma Ciência Econômica Européia?*”. Dois outros autores responderam ao convite para comentários sobre esse número e são também revistos, num total de 21 participantes dessa contenda.

Ao assim segmentarmos o trabalho, buscamos separar também as grandes questões envolvidas, postergando, por exemplo, o tratamento da dificuldade de alguns contedores com a própria pergunta dos editores. Antecipamos, por outro lado, posicionamentos mais relevantes para os temas aqui discutidos, mas procurando fazê-lo em notas de rodapé.

1- O Posicionamento das Questões

Frey e Eichenberger (1992) afirmam que tipos e tamanhos dos mercados determinam as distintas configurações acadêmicas da ciência econômica na UE e nos EUA, ao estabelecerem incentivos e critérios de avaliação e, assim, as correspondentes produções científicas e práticas.

Os autores prevêem que europeus se aproximarão dos estadunidenses, com redução da dessemelhança e do dissenso, em virtude do aumento de mercado com a ascendente integração na UE -- não o denominam processo de americanização e nem se posicionam valorativamente sobre a previsão.

O mercado europeu é bem segmentado pelas fronteiras lingüísticas e institucionais, sendo os segmentos pequenos para que a concorrência possa forçar a desregulamentação governamental. O estadunidense é impessoal, competitivo e “*suficientemente grande para definir seus próprios critérios, obedecendo a uma forte dinâmica interna*” (ib., p. 216).

Europeus cultivam uma formação teórica ampla, o conhecimento de instituições e

dos problemas econômicos locais, assim como a atuação política. Estadunidenses trabalham no “*nível abstrato, não institucionalmente específico, mas teoricamente especializado*” (ib., p. 217).

Numa primeira colocação dos autores em nossos termos, europeus têm mais sucesso dentro do sistema de avaliação que abrange a economia abstrata, social e sua arte, enquanto estadunidenses também se mostram mais produtivos segundo avaliação restrita à economia abstrata e aplicada, as quais podem ser englobadas na denominação de *economia pura*. Assumimos essa percepção como representativa da realidade.

A avaliação européia compreende, além de posições políticas alcançadas, vários indicadores, como a formação, a escola de pensamento e o departamento de exercício da carreira, as posições hierárquicas ocupadas, títulos honoríficos recebidos, participações em conselhos e até desempenho de ex-alunos.

Portes (1987) é referência dos autores na exposição do sistema de avaliação estadunidense. Ele aplica, contudo, os mesmos critérios para avaliação dos europeus, sem qualquer ajustamento (Frey e Eichenberger, ib., pp. 217-8)! Escreve um trabalho de posicionamento (o que deve ser), advogando, como política educacional européia para a ciência econômica, nada mais do que a simples americanização.

Portes evidencia a dominância estadunidense usando indicadores e escores, como o número de laureados Nobel (14 x 10), de entradas no *Who's Who in Economics* (65% x 29%), de “fellows” na Sociedade de Econometria (61% x 30%), de artigos resumidos no *Journal of Economic Literature* (apenas 25% de europeus em 1984-85), de páginas padronizadas das principais revistas, de citações etc.

O autor entende a ciência econômica na concepção estrita, economia pura, e restringe-se aos termos em que é exercida nos EUA, mesmo quando fala do economista na prática. Não faz sequer menção sobre a importância do tratamento interdisciplinar de problema algum, muito menos referências à economia social.

Pelo contrário, aponta história, sociologia e direito, em oposição à economia, como campos de conhecimento mais especificamente dependentes do contexto ou país. Indica, contudo, essa dependência na economia aplicada, como se esta não fosse parte do que chama ciência econômica (ib., p. 1.337).

Usa de fato confusamente o termo aplicado, nele englobando a arte da economia e a sua prática, assim como a econometria. Entendemos como arte da ciência os estudos de caso, exemplificáveis na completude conduzida por Myrdal, e a história econômica, sendo Schmoller um exemplo igualmente maior. São trabalhos científicos nitidamente acadêmicos.

Diferenciam-se da ciência pura e da social pelo reconhecimento das especificidades em ocorrências de um fenômeno e pela visão de que *cada ocorrência é um caso*. A motivação está no entendimento compreensivo de cada caso. Diferenciam-se da prática pelo comprometimento com a aplicação de teorias ou, mesmo, pelo esforço para o desenvolvimento a longo prazo delas.

A prática da economia não é obviamente um trabalho científico, mesmo quando conduzida por acadêmicos e quando bem informada pela ciência, como o período

governamental de Erhard. O comprometimento está no sucesso da política, pública ou privada. A motivação é no saber como, e só através desse existe interesse no saber porque da ciência pura, social, e de sua arte.

O econometrista que trabalha na busca de pontos de checagem de teorias abstratas está fazendo economia abstrata, assim como o físico experimental faz física. Apresentar seus pontos de checagem como previsões para o que ocorrerá na prática é, geralmente, vício ricardiano em estágio grave. Vale o mesmo, com menor gravidade, para o trabalho econométrico em teorias aplicadas.

Tem-se igualmente o vício se na prática uma análise apenas econômica da conjuntura econômica é apresentada como completa, compreensiva. Essa asserção é compatível com Hayek (1975, pp. 252-53), quando afirma que a economia se reduz à previsão de padrões de ocorrência, de evento típico não de evento singular. Vale citar Marshall, como citado em Groenewegen (1990, p. xiv), numa bela e sucinta formulação do que chamamos indeterminação de Senior:

A Economia Política raramente responde qualquer questão social, assim como qualquer questão social raramente pode receber respostas independentemente da Economia Política.

As teorias econômicas puras, incluindo os trabalhos empíricos que se baseiam exclusivamente nelas, são parciais, são cenários lógicos para casos-limite da realidade. Popper afirma que as teorias físicas são verdades temporárias. Seguindo-o, teorias econômicas não passam de meias-verdades temporárias (Silveira 1994b, p. 208).

Quatro são as causas a que Portes (ib., pp. 1335-7) atribui o “atraso europeu”, cabendo citá-las com ligeira indicação de suas propostas políticas. A *língua* é a primeira e, no aplauso à prática da Associação Econômica Européia, sua proposta está em estímulos para o uso exclusivo do inglês.

O *método* é a segunda e advoga, pragmaticamente, o transplante completo da prática estadunidense, apesar de reconhecer as limitações do “*modernismo*” e a retórica em sua adoção, explicitamente nos termos de McCloskey (1983).

Advoga também o transplante do “*treinamento*”, a terceira causa, propondo por volta de dez centros europeus de excelência na oferta de programas de doutoramento, devendo o “*treinamento de PhD*”, de europeus nos EUA, simultaneamente prosseguir para a capacitação docente da UE.

Entende ser a proposta realista em face dos cerca de quinze centros de primeiro nível nos EUA. Reconhece a limitação “*na maturidade e no senso de relevância*” do estudante estadunidense, mas descarta a falha em termos da superioridade nas mais avançadas técnicas de pesquisa (ib., p. 1.336).

Finalmente, o *dinheiro* é a quarta causa, no que se estende o autor apenas nos problemas salariais da academia européia. Advoga, em particular, um salário competitivo com o estadunidense, não duas ou três vezes menor como quando escreve (1987).

Há uma admoestação no estilo das famosas palavras do Presidente Kennedy -- “*O economista deve sempre perguntar ambas, o que pode ele fazer pelo mercado, no sentido de aperfeiçoar o seu funcionamento, e o que o mercado deve fazer por ele*”

(ib., p. 1.339)—, seguindo-se, dentre outras, a sugestão para que aumentos salariais para a academia sejam conseguidos, junto a cada governo, pelos colegas assessores de políticas públicas!

Kolm (1988) assumiu uma réplica a Portes (1987), em trabalho de posicionamento não menos valorativo. Fala do ponto de vista europeu, mas com referência explicitamente francesa, e manifesta a expectativa de que também o façam colegas dos outros países. Para o autor, “*A americanização, em nome da comunicação, não é uma trajetória possível para a Europa, pois, no final, não haveria mais justamente a Europa*” (ib., pp. 211-2).

Da leitura dos três trabalhos, fica a impressão de que Frey e Eichenberger (1992) esforçaram-se por manter uma análise mais positiva, tendo em perspectiva as valorações dos dois trabalhos precedentes. Kolm começa pela inversão das asserções de Portes, ao acrescentar uma informação aos “*números e fatos*” que as fundamentam.

Estatísticas de Portes estimam apenas a quantidade da produção acadêmica em inglês. Como a comunidade de língua inglesa na UE é quatro vezes menor, sua esperável produção expressa nessa língua não seria mais do que um quarto. Logo, o que “*clama explicação é que essa taxa é, de fato, muito mais favorável à Europa*” (ib., p. 207).

Depois de elaborar sobre essa inversão, o autor passa às limitações qualitativas dos *números e fatos* de Portes, numa apreciação relativa da produção estadunidense. Aponta as centenas de publicações com contribuição desprezível, as milhares fundamentadas em hipóteses absurdas, irrealistas ou ingênuas, salienta a ignorância revelada sobre o lado não econômico da realidade, etc.

À “*incultura abismal*” sobre outras ciências sociais no trabalho positivo, Kolm (ib., p. 209) adiciona em relação ao normativo, “*Dar conselhos sem a correta visão do que pode e do que não pode ser mudado não é uma boa economia aplicada*”.

Tem-se uma convicção de que a economia social é indispensável ou, mesmo, de que se constitui no núcleo da ciência, seguida de uma clara acusação do vício ricardiano na literatura estadunidense, faltando apenas designá-lo como tal. A preocupação com o vício ou com essa, como o diz, “*doença*” nas publicações aparece enfaticamente (ib., p. 211):

é óbvia a demonstração de que não se pode explicar crescimento e produtividade, rigidez salarial e desemprego, o custo da inflação, interações em mercados ou dentro de organizações, expectativas, comportamento em relação ao risco, relações e instituições econômicas internacionais, o preço do petróleo, etc., ou que não se pode dizer o que deve ser feito, sem conhecer mais do que os economistas estadunidenses atualmente conhecem sobre normas, anomia, auto-referência, racionalidade, motivação, imitação, psicologia cognitiva, social e genética, teoria ética dos contratos sociais, filosofia social e histórica das mundivisões, história das mentalidades, etc.

Frey e Eichenberger (ib., pp. 218-9) estendem-se no ponto, sem a ele se referirem também como vício ricardiano. Apontam-no como diferença entre economistas europeus e estadunidenses, mas voltados para a explicação do dissenso entre ambos. Este é revelado, de forma estatisticamente significativa, nas respostas a uma série de proposições construídas por James Kearl et al.

Não tendo conhecimento institucional, estadunidenses respondem-nas como se fossem questões de livros-texto, “*exercícios acadêmicos*”, enquanto as respostas européias são localizadas e datadas, estão inseridas em seus diferentes contextos institucionais. Assim, o menor apoio europeu para o programa de renda mínima deve-se a expectativas de inchações dos governos ou de solapamentos por grupos de interesse negativamente afetáveis.

Como causa das “*doenças*” da ciência estadunidense, Kolm (ib., p. 209) aponta primeiro dois traços culturais, a imitação (derivada do conformismo, da falta de história, etc.) e o que prefere dizer com as palavras de David McClelland, professor de Harvard, “*Ele [o behaviorismo] apetece à índole estadunidense. É de muito simplismo mental, não possui intelectualidade alguma, mas uma espécie de qualidade de engenharia*”.

As duas outras causas estão no sistema de incentivos – “*produzir depressa dentro da recebida estrutura epistemológica e ideológica*” (ib., p. 210) – e nas idiosincrasias metodológicas da economia – essencialmente, a possibilidade da econometria, com estratégias geralmente aceitos e com o uso das pseudomedidas econômicas (Georgescu-Roegen 1967, p. 122), corroborar ou refutar praticamente qualquer teoria.

Diríamos, qualificando, mostrar o mesmo ponto de checagem como uma das evidências acumuláveis de corroboração ou, alternativamente, de refutação quando no confronto com outra teoria ou programa de pesquisa. Acrescentaríamos também que se pode dar algum desconto no valor da evidência, segundo o grau de artificialismo na sua construção.

Concluimos por assumir o vício ricardiano como traço da ciência estadunidense e passamos a trabalhar essa contenda, usando a filosofia da ciência como “*caixa de ferramentas*”. Dentre outros aspectos, veremos que a redução do dissenso na ciência hodierna é traço de degeneração, não de maturidade.

2- Uma Ampliação das Evidências e Perspectivas

Kolm vai bem mais longe, mas evoca o que Schumpeter (1986, pp. 471-2) afirmou sobre Ricardo:

(...) embora [Ricardo] viesse de um lar culto, era tudo menos alguém educado no sentido escolástico(...). Não é porque [Ricardo] teria outra filosofia, mas porque aquela mente ocupada e positiva não tinha filosofia alguma(...). Similarmente, não tinha sociologia alguma(...). Quanto a estas [às conclusões normativas de Ricardo], nós sentimos a falta de percepção sobre os poderes que motivam o processo social e, adicionalmente, a falta de senso histórico.

Essas faltas constituem-se, para o autor, nas causas do vício ricardiano. O testemunho sobre seus estudantes nos EUA, que vem associado em nota de rodapé, traz substantivo apoio para nossa visão sobre a ciência lá praticada, pois os estudantes de então são os pesquisadores mais idosos do período em foco:

Não acredito que Ricardo tenha feito muita leitura em história. Mas não é isso que quero dizer. O problema com ele é semelhante ao problema que tenho, a este respeito, com meus estudantes estadunidenses, os quais trazem uma abundância de material histórico forçado pelas goelas abaixo. Mas não serve a nenhum propósito. Não possuem o senso histórico, o qual não pode ser dado por montante algum de

estudo fatural. Esta é a razão de ser tão mais fácil fazer deles teóricos do que economistas.

Schumpeter não está reconhecendo os especialistas teóricos, certamente os abstratos, como economistas. É uma apreciação importantíssima, mas há que se investigar bem a matéria para assim caracterizar sua posição na história do pensamento econômico.

Tal investigação não nos é necessária no caso de Hayek (1969), o qual, além de especular sobre um possível erro quando da separação entre os ensinamentos de economia e direito (ib., p. 251), também apresenta seu testemunho sobre o estudante estadunidense:

(...) tenho esperança de novamente encontrar [em Freiburg] esse espírito de abrangente curiosidade intelectual e de aventura espiritual de que me lembro dos meus tempos de estudante em Viena e que, se não desconhecido, é pelo menos muito mais raro nas universidades estadunidenses. Para aqueles que sentem que os problemas de nosso campo são realmente importantes, o estudo especializado precisa ser o começo de uma luta para alcançar uma compreensiva filosofia da sociedade (ib., p. 268).

(...) quem é apenas um economista não pode ser um bom economista. Muito mais do que nas ciências naturais, é verdade que nas ciências sociais raramente há um problema concreto que possa ser adequadamente respondido na base de uma única disciplina especial (ib., p. 267).

É nessa linha que se coloca Kolm. Não se trata, naturalmente, da rejeição da ciência pura. Repudia-se o vício ricardiano e a exclusividade da economia pura, abstrata e aplicada. Indo mais longe em nossa interpretação, rejeita-se a hegemonia do cientista normal e, conseqüentemente, a configuração da ciência abstrata em períodos normais, entremeados de períodos extraordinários ou revolucionários, como exposta na teoria de Kuhn.

Um bom economista não pode ser alguém incapaz de superar uma moldura teórica ou paradigmática, de dialogar com outras correntes de pensamento, de perceber e lidar com as dimensões não-econômicas geralmente presentes na realidade, assim como com suas cambiantes especificidades. Exige-se competência no relacionar teorias com a realidade, em toda sua complexidade.

Rejeita-se o cientista normal, apto apenas para a solução de quebra-cabeças, cuja cegueira científica é de ordem a levá-lo à perseguição e exclusão dos que não se lhe assemelham. Feyerabend (1980, p. 205) explicita claramente a rejeição ao reunir, de variados trechos do próprio Kuhn, qualificações como “dogmático”, “autoritário”, “mentalmente tacanho” e “fechado”, não “um explorador do desconhecido”.

Acrescenta outras tantas, por sua vez, como “o mais presunçoso tipo de especialização” (ib., p. 197), “o caráter monolítico” (ib., p. 199), “o monomaniaco” (ib., p. 201), “a estupidez profissional” (ib., p. 208), “a mais chata e a mais pedestre parte do empreendimento científico” (ib., p. 209), “o monístico” (ib., p. 211), “a atitude dos membros de uma sociedade fechada em relação a seu mito básico” (ib., p. 212).

Nada, pode-se concluir acrescentando, da concepção popular do cientista em sua busca, como nas palavras de Einstein (1981, p. 163), “a pesquisa procede por

momentos distintos e prolongados, intuição, cegueira, exaltação e febre". Este é o cientista extraordinário ou revolucionário, na dicotomia kuhniana.

Na rejeição do cientista normal, a postura é na linha de Popper (1980, p. 53), o qual reconhece mas abomina a existência do fenômeno, e não aceita que se o chame normal:

O cientista 'normal', como descrito por Kuhn, tem sido mal ensinado. Ele tem sido ensinado num espírito dogmático: tem sido doutrinado(...) Na época [1933], [Philipp] Frank queixou-se amargamente sobre a abordagem acrítica da ciência pela maioria de seus estudantes de engenharia. Queriam 'saber os fatos' apenas. Teorias ou hipóteses que não eram 'geralmente aceitas', mas problemáticas, eram indesejadas: faziam com que ficassem desassossegados (...) Posso apenas dizer que vejo grande perigo nisso e na possibilidade de que venha a tornar-se normal (assim como vejo um grande perigo no aumento da especialização, o qual é também um fato histórico inegável): um perigo para a ciência e, de fato, para a nossa civilização.

Hayek também afirma, como citado por Lundberg (1975, p. 242), que “*um economista que é apenas um economista tornar-se-á provavelmente um inconveniente, se não um iminente perigo*”. Feyerabend (1980, pp. 198-9) acusa Kuhn de manter propositadamente uma ambigüidade positivo-normativa em seus escritos, atribuindo-a a uma estratégia de auto-promoção, além de auto-proteção. O problema, continua, é que isso legitima monísticos e monomaniacos nas ciências sociais, no afã de demonstrarem o caráter científico de suas disciplinas.

O modelo da Lakatos (1980), segue Feyerabend, representa melhor a evolução da ciência. Nele não se estabelecem períodos normais e revolucionários que se sucedem. O modelo reconhece a simultaneidade e a interação de um *componente normal* e de um *componente filosófico*, os quais sempre estão presentes na ciência (ib., p. 211-2): *(...) a ciência madura une duas tradições muito diferentes que são freqüentemente separadas, a tradição de um pluralista criticismo filosófico [a descoberta de Popper de que a ciência avança através da discussão crítica de visões alternativas] e de uma tradição mais prática (...), a qual explora as potencialidades de um dado material (de uma teoria; de um detalhe), sem ser detida pelas dificuldades que possam surgir e sem atenção para maneiras alternativas de pensar (e de agir) [a descoberta de Kuhn da importância da tenacidade, o elemento normal, conservador e anti-humanitário].*

Com raríssimas exceções, os grandes filósofos da ciência restringem-se ao estudo da ciência abstrata e, freqüentemente, apenas no campo da matéria inerte. Suas teorias de evolução autônoma não passam de primeiras aproximações, como por vezes reconhecem (Kuhn 1971, p. 69), já que ignoram a interação com a ciência aplicada e a sua prática.

Com essa explícita incorporação de Popper e de Kuhn por Feyerabend, entretanto, a teoria de Lakatos serve-nos bem para o enquadramento e avaliação do lado puro da ciência econômica, no que subsidia também a caracterização do lado social. A propósito, surpreendemo-nos com o fato de que os participantes dessa contenda não explicitaram a necessidade da filosofia da ciência para devidamente fazê-lo.

Aplicar a filosofia, entrelaçada com o “*conhecimento ordenado e testado [das*

ciências sociais]”, para usar as palavras de Kuznets (1961, p. 119), é iluminar a busca de aperfeiçoamentos da avaliação. Antes de fazê-la, passamos à uma rápida consideração de algumas questões maiores e à consolidação da evidência sobre a ciência econômica nos EUA.

Economia pura e social, um caso reconhecido de segmentação. O marco da separação entre teorias de desenvolvimento econômico (economia social, Kuznets como exemplo) e de crescimento (economia pura, Solow) é da década de cinquenta (Blaug 1985, p. 95).

Uma postura comum entre economistas puros filosoficamente desinformados é criticar o campo de desenvolvimento por não utilizar modelos recentes de crescimento. Cursos e publicações estariam desatualizados, bibliografias ultrapassadas, níveis de formalismo e de matematização inaceitavelmente baixos. Ora, o campo de desenvolvimento é interdisciplinar, por excelência.

O atendimento da crítica inviabilizaria a pesquisa em desenvolvimento, em virtude da limitação de tempo e da diferença de métodos, mesmo na ausência do problema da cegueira científica – Schumpeter (1949, p. 348) chama de ideologia científica.

A teoria de Lakatos sugere uma solução geral. Para o economista social, a exigência de teorias abstratas não deve geralmente passar do conhecimento de núcleos duros, em livros-texto especificamente desenhados segundo suas necessidades, deixando-se de fora os cintos protetores, nos quais se desenvolve o altamente perecível trabalho de fronteira dos programas de pesquisa pura.

Teorias aplicadas inaplicáveis. Sem citar Lakatos ou Kuhn em sua conferência Nobel, Stigler (1983, p. 258) fala dos componentes normais dos núcleos duros e, restritamente, da parcela dos cintos protetores que se volta para o desenvolvimento das teorias aplicadas:

Uma ciência viável e sadia exige ambas, as teorias persistentes e quase fora do tempo, que naturalmente ignoram as condições mutáveis de suas sociedades [núcleos duros], e as teorias não-estabelecidas, que encontram muita dificuldade nas tentativas de explicar os eventos correntes [cintos protetores aplicados].

A denominação *teorias não-estabelecidas*, contudo, chama atenção para a propriedade ou para limites do estudo destas teorias aplicadas na economia social. O vício ricardiano a partir delas significa o uso da sociedade como cobaia.

Em Schumpeter (1949, p. 345) vemos a denúncia, mas como causa do descrédito da ciência, das “*tentativas de aplicação prematura de novas teorias, na mais desencorajadora extensão*”. Tem-se um exemplo de “*iminente perigo*” do economista puro aplicado (Hayek), um exemplo também de “*um perigo para a ciência e, de fato, para a nossa civilização*” (Popper).

Formalismo e matematização. É preciso ter em mente que programas de pesquisa tendem a evoluir com distanciamento cada vez maior entre os construtos dos núcleos duros e suas contrapartidas na realidade, estendendo-se as cadeias de raciocínio na medida de suas fertilidades lógicas (Margenau 1966, p. 36).

Logo, não se pode aqui pensar em demérito porque “[a teoria] tem sido refinada a um ponto em que de fato não mais podemos aplicá-la ao mundo real” (Hayek ib., p.

259). Precisamos então qualificar afirmações na linha da esterilidade do formalismo e da matematização da hoje observada ciência estadunidense (Kolm ib., pp. 208-10). Existe uma divisão de trabalho.

A economia pura (física) e outras ciências sociais são bens de capital, são *subservientes* na colocação de Senior, para o desenvolvimento da economia social (ciências da engenharia). Economia social é bem de capital para o aperfeiçoamento da arte da economia e de sua prática. A matemática e a própria filosofia são instrumentos ou bens de capital para a construção da ciência, nos três níveis de abstração. Tomemos a matemática.

Os construtores da álgebra de Boole, há um século e meio, não possuíam noção alguma da revolução econômica e social que sua invenção hoje realiza com a informática e seus computadores. Se tivessem que se preocupar com aplicabilidade, nada teriam construído.

O investimento social em teoria abstrata possui, como o da matemática aplicada, horizonte mais curto para um retorno ainda bem incerto, mas é de natureza semelhante. Georgescu-Roegen fala em *conhecimento incompleto*, mas o nome que se lhe dá em estratégia empresarial é mais expressivo, *ignorância parcial* (Silveira 1994a, p. 56).

O componente filosófico e a objetividade. Poder-se-ia pensar, usando Kuhn, que bastaria uma avaliação do componente normal, pois o filosófico ou revolucionário viria deterministicamente a ocorrer com a acumulação das anomalias e paradoxos, involuntariamente gerados pelos solucionadores de quebra-cabeças. Com o visto em Popper e Lakatos, entretanto, há que se os avaliar conjuntamente.

Diferentes paradigmas ou programas de pesquisa são necessários para o crescimento do saber. O *componente filosófico* da ciência abstrata é o elemento fertilizador, com suas conjecturas e refutações. O pluralismo, com diálogos e contendas entre distintas escolas de pensamento, é um investimento para a fertilização cruzada dos programas de pesquisa, assim como para delimitação da validade ou aplicabilidade de suas teorias. A interdisciplinaridade não menos.

Entendemos “*o perigo da especialização*”, como indicado por Popper, em termos sociais, e podemos fazê-lo com a própria ajuda dele. A objetividade da ciência não reside principalmente no desapego do investigador individual, na isenção de valores ou na capacidade de superação de viés ideológico. Segundo Popper (1978, p. 23): *A objetividade pode, somente, ser explicada em termos de idéias sociais como a competição (ao mesmo tempo, de cientistas individuais e de várias escolas); tradição (principalmente a tradição crítica); a instituição social (por exemplo, a publicação em vários jornais concorrentes e através de vários editores concorrentes; discussão em congressos); o poder do Estado (sua tolerância com o debate livre).*

Prosseguiremos abaixo no desenvolvimento dessas questões, considerando evidências para nossa percepção de que a objetividade da ciência estadunidense está comprometida. Dada sua liderança mundial, tem-se então outro “*perigo para a ciência e, de fato, para a nossa civilização*”.

2.1- A Comissão Krueger constata perdas de mercado pelos recém-doutorados

estadunidenses, reconhece a dificuldade deles no relacionar teoria e realidade, e chega a aventar a suspeita de que constituam uma geração com “*doutos-idiotas em demasia, habilitados em técnicas, mas inocentes quanto a questões econômicas reais*”

(Krueger et al, 1991, pp. 1.044-45). A Comissão foi oficialmente designada pela AEA, reunindo doze representativos participantes, dois já laureados com o Nobel.

O *desprovido de senso histórico* (Schumpeter), o *deficiente em curiosidade intelectual e aventura espiritual* (Hayek), o *treinado, deficiente em maturidade e senso de relevância* (Portes), assim como, na medida em que estamos corretos em vê-lo tipificado no cientista normal, o *doutrinado* (Popper) -- seria longo repetir os adjetivos de Kolm, Kuhn e Feyerabend --, recebe agora a suspeita de *douto idiota* num consenso dos doze professores.

A Comissão aponta a causa no ensino, mas descarta o aumento de duração do curso (ib., p. 1.043) e reforça simultaneamente o currículo, com sugestões marginais ou inviáveis que só incentivariam o vício ricardiano.

Assim, recomenda aos professores do núcleo básico que exemplifiquem a teoria com casos reais (ib., p. 1.046), o que só pode ser interpretado como “*exercícios acadêmicos*”, para voltar à denominação de Kolm (ib., p. 210).

Recomenda em seguida aos professores dos campos que transmitam o conhecimento necessário para a ligação da teoria com a prática. Passando ao paralelo com a matéria inerte, o doutoramento em física teria que incluir o da engenharia, com substancial aumento de duração, além dos professores de física terem que dominar as ciências de engenharia!

Recém-doutorados em física não são chamados de *doutos-idiotas* por não saberem projetar produtos e processos. Pelo contrário, uma comissão de físicos que simplesmente evocasse uma educação para tais funções seria certamente acusada de falta de senso científico, ou até de charlatanismo.

A Comissão não revela a menor indicação ou suspeita de que a prática requer geralmente a economia social, não a teoria abstrata e seus campos. Não o faz nem quando relata “*a profunda insatisfação [dos empregadores não acadêmicos] com o treinamento dos recém-formados em economia*” (ib., p. 1.038). Trata-se de uma forma desconcertante de vício ricardiano, digamos uma dependência de ordem superior, pois manifestada na transmissão ou contaminação dos estudantes.

O ataque aos departamentos aplicados, por estarem passando a formar seus próprios doutores em economia (ib., p. 1.039), é inteiramente desinformado do que vimos da filosofia da ciência. Se bem sucedido, hipótese irrealista, introduziria rigidez na flexibilidade institucional estadunidense, a qual facilita a segmentação da ciência em comunidades distintas. Popper e Feyerabend não condenam a especialização nesses termos, mas apenas o monismo.

O ensino nos departamentos aplicados, *disciplinas irmãs* ou, ainda, *campos vizinhos* (Lindbeck 1985, p. 46), não exige a economia pura no rigor lógico que é importante e indispensável, mas para sua própria evolução. Vimos algo disso acima, ao considerarmos o formalismo e a separação entre os campos de crescimento e de desenvolvimento econômico.

Mais relevante, as *disciplinas vizinhas* não se podem dar ao luxo desse rigor lógico, pois também não possuem condições de aumentar a duração de seus cursos. O rigor aqui importante e indispensável é a acuidade, o realismo e a relevância prática dos programas.

O recém-doutorado em economia pura trabalha com cenários lógicos da realidade, uma realidade estilizada (*exercícios acadêmicos*) e não aprendeu a construir atalhos logicamente plausíveis, mas não rigorosos, no conhecimento adquirido – aplica-se a formulação de Georgescu-Roegen (ib., pp. 23-4), necessita-se do *esprit de finesse*, o *esprit geometrique* é insuficiente. Como se não bastasse, a Comissão realça a dificuldade do recém-doutorado com a linguagem natural (ib., p. 1.049).

Parece-nos, assim, que a ênfase em técnica em detrimento de substância, oriunda na distorção pela facilidade das avaliações de exames matematizados (ib., p. 1.045), é uma questão menor perante a inadequação para uma faixa de mercado antes atendida. Parece-nos que a inadequação do curso é a causa para a perda de mercado na prática e no ensino em *disciplinas vizinhas*, mais de 50% dos empregadores.

A Comissão consegue ainda ignorar que a pressão devida ao excesso de concorrência entre os estudantes, introduzida antes da fase de dissertação, exclui a *curiosidade intelectual e a aventura espiritual* (Hayek), excetuando-se os poucos que não se deixam conformar por inteiro. Essa exclusão é, certamente, uma das causas de estarem os cursos “*sufocando a criatividade*” (ib., p. 1.048).

A dimensão mais criativa da educação está muito obviamente na leitura dos clássicos em que houve criação (Kuhn 1971, p. 165), isto é, no aprendizado das teorias também através da História do Pensamento Econômico. Ao localizar e datar as teorias, a HPE estimula ainda o pluralismo. A Comissão (ib., p. 1048) limita-se a registrar, em nota de rodapé, que “*muitos dos que responderam os questionários lamentaram a ausência de HPE no currículo*”.

Kuhn (ib., pp. 165-66) aponta essa causa ao falar do doutoramento em ciências naturais, “*é uma educação estreita e rígida, mais do que provavelmente qualquer outra, exceto talvez teologia ortodoxa*”. Não se constitui surpresa que o caso da economia se lhe iguale nos EUA, onde o ponto não é sequer tocado por Comissão de tal nível. Tem-se a *doutrinação* (Popper) e o monismo metodológico.

Quanto ao monismo teórico, lê-se inicialmente que existe uma preocupação com a “*aparente uniformidade e falta de diferenciação do produto, entre os departamentos. Todos acreditamos que grupo algum pode ou deve ditar o conteúdo da educação pós-graduada*” (ib., p. 1.037). A falta de pluralismo da Comissão revela-se por completo, entretanto, na recomendação, para todos os cursos de doutorado, de um currículo básico único em micro, macro e econometria (ib., pp. 1.043-46).

Discute-se distintos balanceamentos de técnicas e de substância econômica, de amplitude e de profundidade. Discute-se especializações em campos distintos, mas nada sobre outras escolas de pensamento, menção alguma a ideologias. Nem parece haver mesmo necessidade de especificação da teoria neoclássica. Está subentendido! Tem-se a exclusão do componente filosófico, o *monismo* e a *monomania* em fase

monopólica.

3- Sistemas de Incentivo e Avaliação

Primeiro, há que se considerar a extensão e rigidez de um sistema de avaliação. Como vimos, senti-lo operativo, coagente, só pode ser negativo para “*o espírito de abrangente curiosidade intelectual e de aventura espiritual*” (Hayek) ou, “*de curiosidade ociosa*”, como diz Georgescu-Roegen (ib., pp. 3, 15), no seguimento de Veblen. Não se pode ignorar o ponto, pois trata-se, afinal, de traço já folclórico da personalidade do cientista.

A pressão do sistema é mais, é também impertinente na medida em que o cientista se aproxima do *homo ethicus*, pautando-se por valores científico-acadêmicos e ignorando avaliações, “*uma coisa deve ser feita porque é a coisa a fazer, não porque outros a fazem ou deixam de fazê-la*” (Knight 1936, p. 72).

De fato, a pertinência da avaliação aumenta na medida em que se vê o comportamento do cientista tipificável no construto *homo economicus*. Logo, existe probabilidade do próprio vício ricardiano encontrar-se na origem de propostas de mais e maiores avaliações. Essa probabilidade cresce na medida em que o comportamento interesseiro é menos aceito na comunidade e no país, exatamente como na UE da época em foco.

Segundo, considerando-se a concepção abrangente da ciência, como percebida no caso europeu, e aceitando-se que é no aperfeiçoamento da prática que primeiro está a sua razão de ser, o sistema de avaliação deve contemplar este desempenho. Logo, cabe a verificação da qualidade do ensino e da realização de egressos, como ocorre na UE.

Vale enfatizar com exemplos. O sucesso final é tornar acessível ao economista na prática o nível de desempenho de um Sully (1560-1641), o qual foi um dos maiores ministros da França, apesar de não possuir sequer noção do que era uma teoria (Schumpeter 1986, p. 169). Não é preciso ser hoje gênio para se lhe igualar, quando a prática é bem informada pelas teorias e artes assimiladas na universidade.

Para a avaliação do acadêmico que se distingue na ciência, cabe ponderação extra para quem foi capaz de bem aplicá-la, ou para “*a pavimentação do caminho para introduzir discernimentos econômicos na política*”, como na seleção para a *Aula Thünen* (Frey e Eichenberger 1992, p. 218). Logo, a “*distinção na ciência*”, por sua vez, tende implicitamente a priorizar a pesquisa em sua arte, seguindo-se na economia social e, por fim, na pura.

A análise dos efeitos perversos da avaliação deve começar pelo reconhecimento de que um grau adequado de frouxidão nos critérios significa melhor qualidade do sistema. March (1978, p. 603) discute o avanço da precisão em avaliações de desempenho quando os fenômenos são complexos. Ocorre uma permuta entre o ganho nos resultados, atribuível a uma articulação mais próxima com os objetivos, e a perda devida à má representação deles. Tem-se o *problema da clareza ótima*, como o denomina.

Entrelaçando suas conclusões com Morgenstern (1963, p. 26) e Simon (1979, p. 285), vimos usando uma proposição que formulamos agora nos seguintes termos

(Silveira 1984, 1987, 1998a):

Num fenômeno complexo como o trabalho acadêmico, o estabelecimento de critérios rígidos de desempenho, tende a levar (1) o avaliador a se beneficiar quando da escolha dos critérios; (2) o avaliado a buscar boas notas, não importando o que esteja ocorrendo com o fenômeno ou, mesmo, em detrimento dele; (3) o avaliado a falsificar seu desempenho (4) o avaliado a questionar os critérios e buscar meios de influenciar na escolha deles.

Kolm (ib., 210) é o único que se refere explicitamente à falsificação, a “*empréstimos*” de idéias européias por estadunidenses. Enfatiza a primeira distorção, a facilidade maior de avaliação das contribuições em matemática levando à adoção deste critério de desempenho. Observa ainda o autor os “*drásticos fracassos do sistema de mercado na produção de idéias, conhecimento e cultura*”.

Frey e Eichenberger (ib., pp. 216-7) seguem na ênfase, “*a capacidade dos autores formalizarem o paradigma existente (neoclássico) como procedimento seletivo de baixo custo*”, mas responsabilizam o tamanho do mercado estadunidense pela sua adoção. Cabe observar que essa confiança monocórdica que depositam no mercado é indício do vício ricardiano.

Apesar do duplopensar, Portes (ib., 1.339-40) aponta é para o governo como “mercado” da ciência abstrata. A justificativa que apresenta para o financiamento público é a necessidade dela para o desenvolvimento da aplicada (ib., p. 1.337). No financiamento privado europeu, manifesta apenas esperanças, particularmente nas grandes corporações, depois de convencidas de que donativos seriam também investimentos.

Confirmando a segunda distorção, pervagante na argumentação de Kolm, Frey e Eichenberger (ib., p. 217) indicam que o critério para sobrevivência dos estudantes nos EUA “*tem muito pouco a ver com o quanto o mundo real é explicado (...) técnica é o que importa*”. A última distorção é também sugerida, quando acusam o interesse próprio de europeus na regulamentação governamental.

A regulamentação é mais de uma vez vista como nociva à ciência (ib., p. 220), algo que não é claramente estabelecível fora de contexto. O contexto geral é obviamente o problema de alocação harmoniosa de recursos governamentais para o financiamento, ou a complementação do financiamento da ciência, no ensino e na pesquisa das três esferas de abstração.

3.1- O Prêmio Nobel vem exercendo uma influência generalizada na comunidade, como evidenciado por sua consideração pela maior parte dos autores revistos nesta contenda. Para a primeira metade de sua existência, com 22 dos 44 laureados, temos para análise o trabalho de Lindbeck (1985), membro da Comissão do Prêmio durante todo o período de 1969 a 1984. A validade das conclusões da análise para o período seguinte é mais óbvia, bastando uma consulta à lista dos laureados.

Apenas Myrdal é exemplo nítido na arte da economia, tendo o estudo de caso, *An American Dilemma* (1944), sido destacado pela Comissão. Kuznets, Simon e Hayek são perfeitamente enquadráveis na economia social, que Lindbeck (ib., p. 50) chama “*pesquisa interdisciplinar*”, mostrando ainda nossa ordenação o grau de proximidade

deles com a arte.

Nada mal se fosse o caso de um prêmio estabelecido para economistas puros da escola neoclássica, como transparece quando se observa a distribuição dos laureados nas categorias desenvolvidas por Lindbeck (ib., pp. 42-4). Demonstraria uma abertura, justificável em termos do perigo do monismo e do vício ricardiano no universo beneficiado.

Cabe enfatizar que o autor não discute as cegueiras ou ideologias científicas, os valores que, embutidos nas teorias, limitam as contribuições positivas dos pesquisadores. Nada em diferentes escolas de pensamento econômico, apenas vagas e repetidas afirmações sobre distintas visões do mundo, mais associadas a distintos campos de especialização da pesquisa.

Existem referências a ideologias ou “*comprometimentos ideológicos*” que determinam as atuações políticas dos laureados (Lindbeck ib., pp. 51), atividade desprezada na seleção. Ocorre então o reconhecimento de que se ignora não a arte da economia, como aqui entendida, mas a atividade prática do economista, assim como os valores que levam das teorias positivas a suas versões normativas (Silveira 1993, p. 329).

O autor (ib., pp. 52-5) estende-se longamente em exercícios, mostrando distintas formas regimentais em que os prêmios poderiam ter sido compartilhados. Seguindo-o, a abertura seria ainda maior se Kalecki e Knight, dois dos quatro citados entre os que perderam em virtude do falecimento, tivessem sido a tempo laureados. O prêmio seria viável dentro das regras e sinalizaria mais decididamente para o componente filosófico.

Knight seria primeira escolha de Popper para os três que poderiam compartilhar o primeiro prêmio, dado, como vimos, o papel central do componente filosófico na evolução da ciência. Mais idoso, quando abandonou o monismo metodológico no seguimento de Hayek (Fernandez 2000, pp. 80-90), Popper certamente não incluiria, com Knight, os dois de fato laureados.

Acreditamos que os dois, Frisch e Tinbergen (laureados de 1969), seguidos por Samuelson (1970), sinalizam, na ordem inversa, os critérios básicos do prêmio, matematização e formalização hipotético-dedutiva, seguidos pela realização em econometria e outras técnicas quantitativas.

Lindbeck (ib., pp. 54-5) apresenta a adoção desses critérios como seguimento da tendência existente na comunidade. Nada a questionar, apenas a acrescentar que passou a reforçá-la, pois, é certo, a mecânica da utilidade já estava explícita em Jevons e o monismo na Contenda do Método. A acusação de Feyerabend sobre a influência de Kuhn, a partir de 1962, no monismo das ciências sociais foi assim, na economia, apenas um reforço de tendência, uma legitimação.

O atributo que demarca a ciência segundo Kuhn, a fertilidade lógica do componente normal, aparece naturalmente como critério em Lindbeck (ib., p. 50), “*proporcionar ‘ombros’ sobre os quais outros acadêmicos possam apoiar-se*”. A frase é, contudo, precedida doutra, a qual desencoraja pesquisas no componente filosófico:

É também claro que as autoridades que concedem o prêmio têm tentado favorecer contribuições ‘construtivas’ ao invés de contribuições que são ‘destrutivas’, no sentido de lançarem criticismos que não levam a lugar algum.

Ora, a crítica paradigmática não leva a lugar algum, senão às tentativas de exclusão do pesquisador-crítico pelos cientistas normais, quando esses são hegemônicos, naturalmente. Lugar algum, entenda-se, em termos da estruturação lógica, da formalização e da matematização, isto é, da solução de quebra-cabeças. Há uma divisão de trabalho aqui também.

A crítica paradigmática é o componente filosófico que leva à própria identificação dos paradoxos, antecipando o que os solucionadores de quebra-cabeças, em virtude do pragmatismo e da tenacidade, só alcançariam no longo prazo. Essa crítica assim evita que se apresente dogmaticamente a ciência como verdade, no que, saudavelmente, *desassossega* (Popper, acima) o cientista normal.

O economista social percebe nela a indicação de limites de aplicabilidade para a construção de suas próprias teorias, prolongando-se a influência na evitação do vício ricardiano na arte e na prática da economia. “A Ética da Concorrência”, de Knight (1923), é um clássico nessa linha, importante também para o pluralismo.

Não se pode entender o Prêmio Nobel como de ciência econômica numa concepção ampla, como enganosamente feito por Lindbeck (ib., p. 48). Há indícios de que o próprio autor não está convencido da amplitude. Há recorrentes referências à pesquisa interdisciplinar, assim como maiores destaques para os laureados na área, para Hayek e Myrdal, em particular. Há indícios de reconhecimento do viés, viés insistimos, apenas do ponto de vista da concepção ampla (ib., p. 38):

Pela aplicação dos princípios básicos dos Prêmios Nobel, acadêmicos com perfis de pesquisa bem estreitos, que realizaram uma única contribuição de abrir caminhos, podem ser favorecidos em detrimento de acadêmicos versáteis, que não o fizeram, mas realizaram várias contribuições importantes.

Pode-se entender o Prêmio numa concepção estrita com a ajuda de uma interpretação neoclássica do testemunho analítico de Lindbeck (ib., pp. 36-8). A previsível resistência da Academia Real de Ciências da Suécia a entender a economia como ciência, em paralelo com a física e a química, deve ter sido um custo a desencorajar ou, mesmo, a impedir que se evocasse qualquer tentativa de apresentação ou reconhecimento das diferenças.

A história econômica constitui-se numa diferença maior, ou ainda se constitui, pois, a julgar pela posição de Prigogine e Stengers (1991, p. 122-24), a física moderna é que se aproximará da economia nessa dimensão. Como ainda não lá ocorreu tal mudança paradigmática, a história econômica é apresentada como “*campo vizinho*” da economia (Lindbeck, ib., p. 46), junto da administração!

Os estudos de caso envolvem valores ou, como defende por excelência Myrdal, exigem a explicitação dos valores que informam o pesquisador, constituindo-se em diferença ainda maior. A “*tendência idealista*” desses valores teria que ser observada, como no prêmio em literatura, para que se mantivesse a necessária fidelidade ao Testamento de Nobel, fidelidade enfatizada pelo próprio Lindbeck (ib., p. 37).

Frente a esses problemas para a criação do Prêmio, os custos operacionais da

avaliação, como discutidos em geral pelos contendores, parecem menores mas talvez ainda significativos. Salientemos que o *grau de especificidade* da contribuição, como o coloca Lindbeck (ib., pp. 38, 50), é geralmente menor na economia social e bem menor ainda na sua arte, o que significa custos crescentes de avaliação.

Salientemos que o Prêmio é reconhecido como “*bem coletivo*” da Suécia (ib., p. 55), e que, como previsível, quando ocorrem reações contra um laureado, a polêmica advém de suas posições políticas e ideológicas (ib., p. 51) – não surpreende, portanto, o testemunho de que a Comissão “*joga na retranca*” (ib., p. 55). Tem-se, novamente, custos crescentes com a amplitude da concepção.

Excluída então pelo seu custo a concepção ampla da ciência, segue-se a alternativa na linha de Lakatos, a menos do componente filosófico, mas com espaço para honrosas exceções, naturalmente – o que significa laureados com nível de realização de ordem superior quando comparados aos puros. Felizmente, os “*métodos quantitativos, como frequência de citações, não são usados*” pela Comissão Nobel (ib., p. 51).

Nossa conclusão reforça Frey e Eichenberger (1992) quando, como visto, afirmam que europeus têm mais sucesso segundo seus critérios de avaliação, como também estadunidenses segundo os seus. Apenas incluímos explicitamente o Nobel como critério estadunidense, em virtude de sua criação segundo os mesmos procedimentos da física e da química. Trata-se, aliás, de um exemplo de monismo metodológico ou *cientificismo* (Hayek).

Conclusão

Procuramos mostrar que as avaliações da ciência precisam ser iluminadas por sua filosofia. Ampliamos assim as perspectivas de três artigos que caracterizam as diferenças entre a ciência econômica nos EUA e na UE, e tipificam os posicionamentos dessa contenda. Concentramo-nos, nesse artigo, no caso estadunidense.

Nossa percepção da ciência, como conduzida nos departamentos de economia dos EUA, é de que se concentra na economia abstrata, com seus campos aplicados logicamente integrados ou em processo de integração formal. A arte e a prática da economia encontram-se então contaminadas pelo vício ricardiano.

Tem-se uma especialização em economia pura, como na física, e uma expectativa da aplicação direta deste conhecimento na prática, como não ocorre na física. Não se faz economia social. Não se conduz a passagem pelo entrelaçamento do saber puro com os elementos não econômicos gerais e necessários para a ocorrência do fenômeno.

Não se tem em conta que as ocorrências envolvem cambiantes especificidades, cuja importância pode reverter as conclusões gerais. A economia social e sua arte estão se deslocando para departamentos aplicados, não sendo vistas como parte da ciência econômica. Percebemos ainda a objetividade da economia pura comprometida pela ausência de significativo componente filosófico. Prevalece o monismo, a teoria neoclássica é uma *correnteza* hegemônica.

Na atividade acadêmica da UE, pelo contrário, predominam a economia social e

sua arte, determinando inclusive o nível de dedicação à esfera abstrata que se torna necessário para seus desenvolvimentos. Valoriza-se também a atividade prática do acadêmico no governo, na busca de uma política mais bem informada pela ciência econômica. Cultiva-se o pluralismo.

Observa-se, entretanto, uma tendência para a americanização da ciência na UE, a qual não é explicável apenas em termos da amplitude do mercado com a crescente integração. Não parece haver uma questão de produtividade. A tese de que europeus são melhores segundo seus critérios de avaliação e estadunidenses segundo os seus soa plausível. Isso, é certo, quando se observa que o Prêmio Nobel está voltado para a economia pura e não para a concepção ampla da ciência.

Prosseguiremos, num artigo seguinte, com a revisão de dezessete trabalhos reunidos pelos editores da revista KYKLOS, e com a inclusão de questões não aqui analisadas, como a retórica e uma elaboração maior sobre a economia social e, conseqüentemente, sobre o caso europeu. Teremos então mais evidência para nossa percepção e mais elementos para explicar a tendência para a americanização.

De fato, esta contenda pode ser vista como versão atual da Contenda do Método, *Methodenstreit*. Em Silveira (1993, p. 319), analisamos aquela contenda em termos de “o primeiro grande conflito paradigmático entre economistas puros e sociais”. Realizamos aqui um primeiro passo para colocação dessa no contexto daquela.

Vale antecipar um ponto, já que focalizamos neste artigo as questões do vício ricardiano e do monismo. Depois de reconhecer que o método histórico é inquestionavelmente superior na prática, Böhm-Bawerk (1890-1) faz um apelo e uma declaração em nome dos seguidores do método hipotético-dedutivo, confiando numa demonstração pelo tempo:

Confiemos no que o futuro provará. Faço apenas uma solicitação modesta, não pela aceitação cega da dedução abstrata, mas somente por uma trégua em seu cego repúdio, o qual se tornou moda (...) Não desejo particularmente, o que uma obstinação incompreensível ainda nos acusa de desejar, que o método hipotético-dedutivo seja posto em posição de soberania exclusiva...

O futuro desmentiu um dos seus grandes construtores. Inverteu-se a hegemonia nessa atual contenda, numa falta de senso histórico (Schumpeter) e científico (Wagner ib., pp. 114-5):

Nada, em minha opinião, é mais prejudicial para o avanço do conhecimento que uma dada tendência dele, que ocorre ajustar-se às habilidades, inclinações, e treinamentos de acadêmicos individuais, que pode de fato ser frutífera e necessária, seja seguida a ponto de demandar para si mesma um controle exclusivo, e de pretender que nela está a ciência verdadeira (...) Será que é tão difícil admitir, e sobretudo para homens de ciência, que pode haver, não apenas diferenças de graus de habilidade, mas diferentes espécies de habilidades e, portanto, diferenças de inclinação, de tendência, e de uso de método? E, ademais, apreender a vantagem imensa de tais diferenças num cultivo multifacetado dos campos de conhecimento? (...) Cada tendência tem seus fortes e fracos, seus méritos e defeitos.

Bibliografia

- Baumol, William J. 1995. “What’s Different about European Economics?”. *KYKLOS* 48 (Fasc. 2): 187-92.
- Blaug, Mark. 1985. *Great Economists since Keynes*. Brighton, Sussex: Harvester

- Press.
- Böhm-Bawerk, E. v. 1890-91. "The Historical vs the Deductive Method in Political Economy". *Annals of the American Academy*, vol. 1. Reproduzido em *History of Economic Thought Archive*: <http://socserv2.socsci.mcmaster.ca/~econ/ugcm/3II3/Frame39830135.htm>
- Bunge, Mario. 1980. *Ciência e Desenvolvimento*. Belo Horizonte: Itatiaia / USP.
- Eggertsson, Thráinn. 1995. "On the Economics of Economics". *KYKLOS* 48 (Fasc. 2): 201-10.
- Einstein, Albert. 1981. *Como Vejo o Mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Fernandez, Brena P. M. 2000. *Popper, Hayek e a (Im)possibilidade de Predições Específicas nas Ciências Sociais*. UFSC, Departamento de Filosofia (novembro), mimeo.
- Feyerabend, Paul K. 1980. "Consolations for the Specialist". In Lakatos, Imre and Musgrave, Alan, eds. *Criticism and the Growth of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Frech III, H. E. 1995. "European versus American Economics, Artificial Intelligence and Scientific Content". *KYKLOS* 48 (Fasc. 2): 219-29.
- Frey, Bruno S. and Eichenberger, Reiner. 1992. "Economics and Economists: A European Perspective". *American Economic Review* 82 (May): 216-20.
- . 1993. "American and European Economics and Economists". *Journal of Economic Perspectives* 7 (Fall): 185-93.
- Georgescu-Roegen, Nicholas. 1967. *Analytical Economics*. Cambridge, MA: Harvard University Press [EM I: 201-335, jun/ago. 1981 (capítulos 1 a 5)].
- Groenewegen, P. D., ed. 1990. *Alfred Marshall on the Method and History of Economics*. Sydney: Centre for the Study of the History of Economic Thought.
- Hayek, Friedrich A. von. 1969. "The Economy, Science, and Politics". In Hayek, Friedrich A. von. *Studies in Philosophy, Politics and Economics*. New York: Simon and Schuster.
- . 1975. "The Pretence of Knowledge". In *Les Prix Nobel en 1974*. Stockholm: Nobel Foundation. [EM II: 183-93, abr. 1982; RBE 37: 513-22, out./dez. 1983].
- Heisenberg, Werner. 1963. *Physics and Philosophy*. London: George Allen & Unwin.
- Klamer, Arjo. 1995. "A Rhetorical Perspective on the Differences Between European and American Economists". *KYKLOS* 48 (Fasc. 2): 231-40.
- Knight, Frank H. 1923. "The Ethics of Competition", *Quarterly Journal of Economics* XXXVI: 579-624. Reproduced in *The Ethics of Competition and Other Essays*, by Frank H. Knight. London: Allen & Unwin, 1936 [EM II: 87-118, dez. 1981].
- Kolm, Serge-Christophe. 1988. "Economics in Europe and the U.S." *European Economic Review* 32: 207-12.
- Krueger, Anne O., et al. 1991. "Report of the Commission on Graduate Education in Economics". *Journal of Economic Literature* XXIX (September): 1035-53.
- Krug, Barbara. 1996. "Comment on 'Is There a European Economics?'" *KYKLOS* 49 (Fasc. 3): 465-68.
- Kuhn, Thomas S. 1971. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: Univ. of Chicago Press.
- . 1980. "Logic of Discovery or Psychology of Research?". In Lakatos, Imre and Musgrave, Alan, eds. *Criticism and the Growth of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press.
- . 1980. "Reflections on my Critics". In Lakatos, Imre and Musgrave, Alan, eds. *Criticism and the Growth of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kuznets, Simon. 1961. *Six Lectures on Economic Growth*. New York: Free Press of

- Glencoe.
- Lakatos, Imre. 1980. "Falsification and the Methodology of Scientific Research Programmes". In Lakatos, Imre and Musgrave, Alan, eds. *Criticism and the Growth of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lawson, Tony. 1985. "Uncertainty and Economic Analysis". *Economic Journal* 95 (December): 909-27.
- Lindbeck, Assar. 1985. "The Prize in Economic Science in Memory of Alfred Nobel". *Journal of Economic Literature* XXIII (March): 37-56.
- Lungberg, Erik. 1975. "The Prize for Economic Science in Memory of Alfred Nobel: Speech". In *Les Prix Nobel en 1974*. Stockholm: Nobel Foundation.
- March, James G. 1978. "Bounded Rationality, Ambiguity and Engineering of Choice". *Bell Journal of Economics* 9 (Autumn): 587-608 [EM II: 195-225, abr. 1982].
- Margenau, Henry. 1966. "What is a Theory?" In *The Structure of Economic Science*, ed. by S. R. Krupp. Englewood, NY: Prentice-Hall [EM II: 289-304, ago. 1982].
- Masterman, Margaret. 1980. "The Nature of a Paradigm". In Lakatos, Imre and Musgrave, Alan, eds. *Criticism and the Growth of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mayer, Thomas. 1995. "Differences in Economics: Europe and the United States". *KYKLOS* 48 (Fasc. 2): 241-49.
- McCloskey, Donald N. 1983. "The Rhetoric of Economics". *Journal of Economic Literature* XXI (June): 481-517.
- Mill, John Stuart. 1877. *Essays on Some Unsettled Questions of Political Economy*. London: Longmans, Green, and Co.
- Morgenstern, Oskar. 1963. *On the Accuracy of Economic Observations*. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press.
- Niehans, Jürg. 1995. "Transatlantic Perspectives". *KYKLOS* 48 (Fasc. 2): 257-65.
- Onate, Iara Vigo de Lima. 1999. *A Matematização da Teoria Econômica: Uma Abordagem Histórica*. Curitiba: CMDE/UFPR (novembro), mimeo.
- Popper, Karl R. 1978. *Lógica da Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro / Universidade de Brasília.
- , 1979. "Epistemology Without a Knowing Subject". In Popper, Karl. *Objective Knowledge: An Evolutionary Approach*. Oxford: Oxford University Press.
- , 1980. "Normal Science and its Dangers". In Lakatos, Imre and Musgrave, Alan, eds. *Criticism and the Growth of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Portes, Richard. 1987. "Economics in Europe". *European Economic Review* 31: 1329-40.
- Prigogine, Ilya and Stengers, Isabelle. 1991. *A Nova Aliança: Metamorfose da Ciência*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Salmon, Pierre. 1995. "Three Conditions for Some Distinctiveness in the Contribution of Europeans to Economics". *KYKLOS* 48 (Fasc. 2): 279-87.
- Schumpeter, Joseph A. 1949. "Science and Ideology". *American Economic Review* XXXIX (March): 345-59 [EM I: 129-44, fev. 1981].
- , 1986. *History of Economic Analysis*. London: Allen & Unwin.
- Senior, Nassau William. 1938. *An Outline of the Theory of Political Economy*. London: Kimble & Bradford.
- Silveira, Antonio Maria da. 1984. "A Indeterminação de Morgenstern". *Revista Brasileira de Economia* 38 (out./dez.): 357-83.
- , 1987. *Filosofia e Política Econômica: o Brasil do Autoritarismo*. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA/INPES).

- , 1991. "A Indeterminação de Senior". *Revista de Economia Política* 11 (out./dez.): 70-88.
- , 1993. "Wagner e Schmoller sob a Luz da Indeterminação de Senior". *Estudos Econômicos* 23 (mai./ago.): 319-45.
- , 1994a. "Aplicabilidade de Teorias: Microneoclássica e Estratégia Empresarial". *Revista de Economia Política* 14 (abr./jun.): 53-76.
- , 1994b. "Teorias Econômicas: A Meia-Verdade Temporária". *Revista Brasileira de Economia* 48 (abr./jun.): 203-16.
- , 1998a. "Avaliação do Desempenho Acadêmico: Globalização e Trópico". *Revista de Ciência e Tecnologia* 2 (Nº1): 148-62 (RECITEC <http://www.fundaj.gov.br>).
- , 1998b. "Emulatio North American Economics: The Education for the Ricardian Vice". Stuttgart: Institut für Volkswirtschaftslehre, Universität Hohenheim, mimeo.
- , 1999a. "A Indeterminação de Senior e o Currículo Mínimo de Economia". *Revista de Economia Política* 18 (jan./mar.): 182-99.
- , 1999b. "A Indeterminação de Senior: Perspectivas e Realizações de um Programa de Pesquisa". *Revista de Economia* 25 (23, porvindouro).
- Simon, Herbert A. 1979. "Rational Decision Making in Business Organizations". In *Les Prix Nobel en 1978*. Stockholm: Nobel Foundation [EM I: 25-60, out. 1980; RBE 38: 111-42, jan./mar. 1984].
- Stigler, George F. 1959. "The Politics of Political Economists". *Quarterly Journal of Economics* LXXII (November): 522-37.
- , 1983. "The Process and Progress of Economics". In *Les Prix Nobel en 1982*. Stockholm: Nobel Foundation.
- Wagner, Adolf. 1886. *Systematische Nationaleconomie* in the *Jahrbucher fur Nationaleconomie und Statistik*. Translated in the *Quarterly Journal of Economics* I: 113-33, "Wagner on the Present State of Political Economy".

A CONTENDA SOBRE A CIÊNCIA ECONÔMICA NA UE E NOS EUA: O MONISMO E O VÍCIO RICARDIANO

Antonio Maria da Silveira

Sinopse

Procuramos formalizar os termos da contenda, uma versão atual da *Methodenstreit*, usando Lakatos como entendido por Feyerabend (uma síntese de Popper e Kuhn). Percebemos a ciência da UE desenvolvida segundo uma concepção ampla, englobando a economia abstrata, social e sua arte. Percebemos a dos EUA especializada no componente normal, abstrato e aplicado, do programa neoclássico. Ambas podem ser bem avaliadas quanto à produção, desde que os critérios atendam às diferenças de escopo e método. Postergando análise mais profunda do caso europeu, concentramo-nos no estadunidense. O pluralismo, a concorrência de outras escolas, com jornais e editores independentes, parece desprezível, comprometendo sua objetividade. A economia social, com seus departamentos interdisciplinares, parece encontrar-se excluída da comunidade, explicando a generalidade do vício ricardiano.